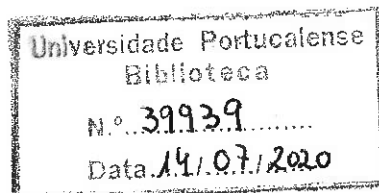


# Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional Comentários



341.4  
82 e  
ex. 2

Coordenação Científica  
Wladimir Brito | Pedro Miguel Freitas

Edição  
DH-CII Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar

2018

BG VPT 20070132

---

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional: Comentários

### DATA

Dezembro 2018

### COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Wladimir Brito  
Pedro Miguel Freitas

### AUTORES

Flávia Loureiro | Margarida Santos | Maria de Assunção do Vale Pereira | Mário Ferreira Monte  
Pedro Miguel Freitas | Wladimir Brito

### EDIÇÃO

DH-CII Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar

### APOIO

OLDHUM Observatório Lusófono dos Direitos Humanos  
DH-CII Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar  
JUSGOV Centro de Investigação em Justiça e Governação  
EDUM Escola de Direito Universidade do Minho  
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

### PAGINAÇÃO E DESIGN DE CAPA

Pedro Rito

### FOTO DE CAPA

Josef F. Stuefer (<http://bit.ly/2TR9cqW>)

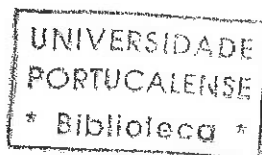
*This file is licensed under the Creative Commons Attribution-Share Alike 3.0 Unported license.*

### ISSN

978-989-54032-5-7

### Depósito legal

451482/19



---

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA

IX

UMA HISTÓRIA CONCISA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL  
WLADIMIR BRITO

I

PROCESSO INTERNACIONAL PENAL E RECURSOS

WLADIMIR BRITO

19

A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO INDIVÍDUO

MARIA DE ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA

35

PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL INTERNACIONAL

MÁRIO FERREIRA MONTE

47

CONCEITO DE CRIME NO ESTATUTO DE ROMA: SUBSÍDIOS PARA A SUA  
COMPREENSÃO

PEDRO MIGUEL FREITAS

97

CRIME DE GENOCÍDIO

MARIA DE ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA

111

CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

MÁRIO FERREIRA MONTE

135

CRIMES DE GUERRA

MARIA DE ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA

161

CRIME DE AGRESSÃO

FLÁVIA NOVERSA LOUREIRO

189

DIREITO APLICÁVEL PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL  
MARIA DE ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA  
203

PROCESSO CRIMINAL: INQUÉRITO; JULGAMENTO.  
MARGARIDA SANTOS  
225

SANÇÕES APLICÁVEIS E SUA DETERMINAÇÃO  
PEDRO MIGUEL FREITAS  
249

ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL  
265

---

## AUTORES

Flávia Novera Loureiro

*Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho*

Margarida Santos

*Professora Convidada equiparada a Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho*

Maria de Assunção do Vale Pereira

*Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho*

Mário Ferreira Monte

*Professor Catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho*

Pedro Miguel Freitas

*Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto*

Wladimir Brito

*Professor Catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho (jubilado)*

---

## NOTA PRÉVIA

A importância do Tribunal Internacional Penal, vulgarmente conhecido por TPI, tem dado origem a muitas conferências e debates sobre a sua estrutura e funcionamento, sobre a natureza e os elementos dos crimes que, por força do seu Estatuto, lhe cabe julgar e ainda sobre o seu papel no próprio combate à prática desses crimes pelos responsáveis máximos – políticos e militares – dos Estados, bem como por aqueles que por ordens ou instruções destes ou por iniciativa própria no âmbito de políticas violadoras das leis dos conflitos armados, promotoras de “*mass murders*” ou de causação de sofrimento desumano de populações inteiras.

Destas conferências e debates resultaram artigos e actas importantes para o estudo do TPI, mas, apesar disso, pela sua dispersão por vários volumes ou várias revistas científicas, não oferecem aos estudiosos, em especial aos alunos de Direito Internacional e de Relações Internacionais, um texto com uma articulada análise de conjunto do Estatuto do TPI ou, como é vulgarmente conhecido, Estatuto de Roma, que possa ser consultado com facilidade.

Assim, continua a faltar na literatura jurídico-internacional um texto dessa natureza que ofereça uma visão de conjunto, mesmo que sintética, dos temas tratados no Estatuto de Roma e que constituem a sua ossatura material. Numa palavra, falta ainda um livro de consulta com vocação didáctica que preencha essa lacuna na literatura jurídico-internacional, oferecendo aos estudiosos do Direito Internacional Penal e do Processo Internacional Penal, em especial aos alunos do Direito Internacional e das Relações Internacionais, um conjunto articulado de comentários sobre uma ou várias matérias objecto desse Estatuto.

Consciente desse facto e com o objectivo de contribuir para a sua superação, bem como de promover o interesse pelo estudo da jurisdição internacional penal e, em especial, do TPI, o *Observatório Lusófono dos Direitos Humanos (OLDHUM)* e o *Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (DH-CII)*, da Escola de Direito da Universidade do Minho, decidiram conceber um projecto de investigação sobre alguns temas estruturantes do Estatuto de Roma que, para o efeito, elegeram para serem comentados pelos investigadores,

que aqui figuram como autores dos diferentes capítulos deste livro, que agora se oferece à publicidade crítica.

Decidiu-se ainda que os comentários deveriam oferecer uma explicação sucinta e objectiva das questões nucleares das matérias neles tratadas e, sempre que necessário, deveriam chamar a atenção para a relação entre os temas escolhidos, que são os seguintes: os crimes sob jurisdição do TIP – crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra e de agressão –, os princípios gerais do Processo Internacional Penal, a responsabilidade internacional do indivíduo, o conceito de crime no Estatuto de Roma, o Processo Internacional Penal e os Recursos, o Inquérito, o Julgamento e, ainda, como tema introdutório, a História Concisa do Tribunal Internacional Penal.

Os comentários agora feitos deixam suficiente abertura para serem aprofundados numa próxima edição desta obra.

Agradecemos o apoio concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pela Escola de Direito da Universidade do Minho, sem o qual não seria possível realizar o projecto de investigação e de edição deste livro. Agradecemos ao Senhor Dr. Pedro Rito pelo trabalho de paginação e à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Rocha, coordenadora administrativa do DH-CII, pelo constante acompanhamento administrativo deste trabalho com vista à sua publicação.

Braga, 12 de Dezembro de 2018

*Os Coordenadores,*

Wladimir Brito

Pedro Miguel Freitas